



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(637/PGEN/DF/2019)

ASSUNTO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TOMAR PARA O ANO DE 2020

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Tomar para o ano financeiro de 2020, cujas receitas e despesas se encontram devidamente equilibradas em 37.873.823,00€ (trinta e sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e vinte e três euros).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter os referidos documentos a aprovação do órgão deliberativo, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e os votos contra da Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet e dos Srs. Vereadores José Manuel Mendes Delgado e Francisco Lopes Madureira Salgueiro, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “O orçamento é apresentado com pouco tempo para análise e discussão e lá vai passando, no entanto, os tempos vão mudando e os novos sistemas de gestão, requerem mais organização, mais planeamento, mais eficácia, mais ação e mais produtividade, para que os resultados tenham sucesso e cumpram a missão para que foram criados, em especial, quando se trata de entidades que têm como função o serviço público e a defesa da qualidade de vida das populações.

Para se criarem caminhos de sucesso, é necessário criar uma matriz que garanta uma gestão de excelência e em simultâneo, cumpra os nobres desígnios de servir a população com referência e qualidade, é importante refletir e avaliar os percursos e tipos de gestão:

O orçamento não contempla o processo de descentralização de competências para as autarquias locais, em termos de educação, visto o processo negocial estar previsto para o ano de 2020. Prevendo-se desta forma, que caso as competências sejam assumidas, haverá lugar a revisão do orçamento.

Sabemos também que as transferências para as juntas de freguesia, através de contratos interadministrativos passam de 700 000 euros para 1 272 000 euros. Um aumento de transferências, uma melhoria para as freguesias.

As alterações climáticas são uma preocupação, mas apenas estão previstos 80 000 euros, muito pouco.

O aumento do n.º de trabalhadores, por via da integração dos trabalhadores dos SMAS e pela

9.
#

criação da Tejo Ambiente e aplicação da lei referente ao estatuto de Bombeiros Sapadores, aumenta a despesa, já imensa em termos de salários e um condicionalismo em termos da limitação de investimentos.

O investimento em empreitadas para o ano de 2020 cifra-se em cerca de 7 000 0000 euros, um dos motivos do aumento do orçamento face a 2019.

É uma preocupação política no concelho de tomar, a diminuição da demografia (2011 - 44 000ha, 2013 – 40 000ha, 2019 – 38 000ha), a fuga depopulação e a dificuldade de fixação, em especial dos jovens. Quais os esforços, quais as políticas para inverter esta situação.

Quais as políticas para a captação de novos investidores, que ofereçam emprego qualificado que fixem e capturem mais população. São necessárias novas empresas, com as novas tecnologias, a 4ª revolução industrial, a inteligência artificial, a internet para todos, a digitalização a decisão em tempo real.

A diminuição da população, necessita de novas políticas, políticas que combatam a redução de população. Onde estão vertidas essas políticas no orçamento, em que rubricas.

No estatuto da oposição todas as forças políticas representadas na câmara e assembleia municipal, foram ouvidas e todas apresentaram propostas e que as propostas do PSD foram contempladas. No entanto, o importante é que as propostas acolhidas, sejam importantes para o crescimento e desenvolvimento de Tomar, alavanquem a economia e fixem a população.

Por isso é importante que Portugal 20 20 e os fundos previstos para os próximos anos, sejam uma verdadeira oportunidade de desenvolvimento do território, onde a câmara de Tomar e a CIMT, assumem um papel fundamental, que não pode ser descorado, onde os projetos e os estudos, têm de ser apresentados atempadamente, com rigor e eficácia.

O orçamento municipal tem de custear a componente nacional, das candidaturas aprovadas de 5 891 157,49 euros. Exige-se assim, o cumprimento na execução, que ainda poderá atingir 7 687 482, 85 euros. Não se pode perder este investimento, tem de se planear e organizar, ser eficaz.

Em relação à política fiscal temos:

IMI com a taxa 0,35%, com benefício para as famílias com descendentes, mantendo-se para 2020. Que representa menos 90 000euros para o município.

A derrama, com a taxa de 1,5% e com taxas reduzidas para as empresas com volumes de negócios inferiores a 150 000 euros e isenção para as novas empresas com sede em Tomar. Uma diminuição de receita. A taxa deveria passar para 1% como incentivo às empresas.

O IRS tem uma participação para 2020 que se cifra em 5%, esperando-se uma receita de 1450 000 euros.

Diz-se no orçamento que se vai dar continuidade aos apoios dirigidos às famílias, onde está o

e
f

reforço dessas medidas.

Em relação ao estacionamento, em parques cobertos e zonas tarifadas, prevêem-se melhorias em termos de eficiência e cobranças. Quais os resultados que se esperam, qual o sistema de fiscalização, de cobranças e de novas tecnologias.

Há que investir na vertente social em três áreas de acção, recuperação de bairros sociais, fogos do município, recuperação de escolas e novas construções. Quais as acções concretas, qual a sua localização e instrumentos a utilizar e implementar.

As receitas do estado, através do FEF, no valor de 10 551 567 euros, continuam a ser um dos pontos mais positivo para município, que é absorvido, pelas despesas de pessoal no valor de 10 082 970 euros.

Os prazos médios de pagamentos aos fornecedores, é de 146 dias, segundo a DGAL, no entanto, a CMT, diz serem cerca de 60 dias. Torna-se imperioso diminuir os prazos de pagamento.

Existe um capital em dívida de 5 487 035,24 euros, relativamente a 13 empréstimos bancários até 2030.

Resumo do orçamento:

- Receitas correntes – 28 471 155,00 euros;
- Receitas de capital – 9 402 668,00 euros;
- Total de receitas – 37 873,82 euros.

Um orçamento superior em 11,5% em relação a 2019, por via das obras.

A receita resultante do FEF, FSM, IRS será de 10 551 567 euros e poderá crescer em 2020 para 11 374 589,23 euros.

A receita corrente, proveniente de impostos directos tendo revelado um ligeiro crescimento, com destaque para o IUC e a derrama, verificando o desagravamento dos impostos pelo IMI familiar de menos 90 000 euros. E agravamento para casas devolutas.

As receitas de capital provenientes de fundos europeus representam em 2020 um valor de 5 755 740 euros, sendo através do FEF a receita de capital de 850 000 euros.

Quanto às despesas, as despesas com pessoal representam 10 082 970 euros, mais 6,5% que em 2019.

As despesas correntes, na aquisição de bens e serviços representam 9 106 800 euros, mais 3% que em 2019, onde a aquisição de serviços representa 85,5% e representam 41% de despesa corrente que é de 22 186 655 euros.

As rubricas de despesas correntes, com dotação de 2 430 045 euros, de despesa para as freguesias, mais 10% da despesa cobrada.

As despesas de capital de 70% do montante investido é um recurso de receita corrente. O montante

e
f

previsto para 2020 é de 15 630 118 euros ou seja 40% do orçamento, uma das razões pelo qual o orçamento municipal apresenta valores mais elevados.

Os principais valores referenciados, são os das obras de requalificação, reabilitação e edifícios de raiz, no valor de 8 000 000 euros. Onde o incumprimento e atrasos levarão ao recurso a outras fontes de capital alheio.

O equilíbrio orçamental entre receitas correntes e despesas correntes, adicionadas às amortizações médias dos empréstimos de médio e longos prazos representam uma diferença de 4 755 071,38 euros, resultando numa margem de segurança de 16%. O orçamento prevê que os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes, devem pelo menos ser iguais às despesas correntes.

A capacidade de endividamento tem evoluído favoravelmente de 0,9 milhões em 2013, para 21 milhões em 2019, conseguidas à custa de redução da dívida, dado nos últimos anos ter havido estagnação a receita. É preciso reforçar ainda mais.

Numa análise prospetiva pode-se dizer que do lado da receita se deve destacar a estagnação em correntes e capital e que se revelam insuficientes para fazer face às despesas, que tendem a crescer. O orçamento com despesas com pessoal tende a crescer, em especial, por transferências do SMAS. As transferências para as freguesias e associativismo crescem, assim como as despesas de consumo de energia, seguros, etc.

O serviço da dívida exige cerca de 10% da receita executada, o que implica que os meios libertos para os investimentos necessários são muito reduzidos.

Assim, importa implantar medidas semanais ou mensais, eficazes e muito rigorosos para a execução do orçamento, com análise de desvios, que levem a medidas corretivas em termos de cabimentos e compromissos.

Em termos de orçamento para 2020 e grandes opções do plano, extraem-se os seguintes valores:

- Habitação 710 000 euros;
- Solidariedade 188 000 euros;
- Educação, cultura e desporto 6 057 230 euros;
- Regeneração urbana 8 895 872 euros;
- Património 602 000 euros;
- Turismo 763 000 euros;
- Economia local 502 156 euros;
- Proteção civil (prevenção incêndios) 112 500 euros;
- Energia e socorro 50 000 euros;
- Proteção civil (alterações climáticas) 80 000 euros;

- Gestão e equilíbrio financeiro 328 632 euros;

- Processos internos 652 000 euros.

Total geral: 18 941 590 euros.

A receita corrente é ligeiramente inferior, onde:

IMI -- 3 400 000 euros;

IMT – 1 500 000 euros;

Derrama – 428 000 euros;

IUC – 916 000 euros.

Verificaram-se valores muito elevados para projetos e estudos de 1 100 000 euros e mais 950 000 euros de trabalhos especializados. Valores efetivamente muito elevados, face aos investimentos em execução e previstos.

Julga-se, ser necessário implantar novas políticas ou reforço de políticas para atração de mais investimento, reduzir a despesa e apresentar modelos mais atrativos em termos de impostos, para as empresas existentes e para as que se venham a implantar em Tomar.

Propõe-se reduzir a taxa da derrama para 1%, uma redução de receita de 140 000 euros, face a 2019.

Melhorar a otimização em termos de recursos com pessoal.

Reduzir a despesa.

Reforçar os investimentos nas questões sociais, na educação e em especial na habitação e em formas de captação de novos investidores, que ofereçam emprego qualificado e crescimento em termos de população.

Face ao exposto, os vereadores do PSD, votam contra o orçamento e grandes opções do plano.”.

Tomar, 31 de outubro de 2019

Seguimento:

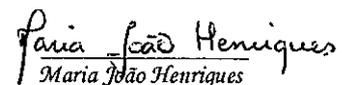
- À DF p/ os devidos efeitos

A Presidente da Câmara



Anabela Freitas

A Chefe de Divisão



Maria João Henriques